



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

Audiência Pública: Sistema Penitenciário

Goiânia, 17 de novembro de 2011, das 09:00 hs às 12:40 hrs.

Auditório Costa Lima, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

Introdução:

Por iniciativa do deputado Daniel Messac, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, presidida pelo deputado Major Araújo, realizou na manhã do dia 17 de novembro, audiência pública que discutiu os projetos de construção de presídios em cidades do interior do Estado.

Participantes:

- Mesa Diretiva:

Compôs a mesa, o deputado estadual Major Araújo (PRB), presidente da Comissão de Segurança Pública que presidiu os trabalhos; o deputado estadual Daniel Messac (PSDB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; o presidente da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal (Agsep), Dr. Edilson Divino de Brito; o juiz da Corregedoria de Justiça, Dr. Wilson da Silva Dias; o Procurador da República, Dr. Ailton Benedito de Souza; o promotor de justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública, Bernardo Boclin Borges, o Diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Alexandre Cabana de Queiroz Andrade e o chefe de gabinete da AGETOP, Marcos Mussi, represent ante do presidente da AGETOP, Jayme Rincón.

- Convidados:

Foram convidados promotores e juízes da área criminal, diretores de presídios, representante da OAB, representantes do governo federal e vários segmentos da sociedade civil.

Desenvolvimento:

A audiência foi presidida pelo deputado Major Araújo, o qual iniciou os trabalhos. Primeiramente, agradeceu a presença de todos e externou a importância da realização de audiências públicas. Major Araújo foi enfático que deveria haver um consenso entre os órgãos envolvidos na gestão do sistema prisional no Estado para que os problemas no setor sejam minimizados. “Precisamos encontrar consenso, por exemplo, para o impasse que existe no



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

sentido de se dispensar a licitação exigida para construção de novas unidades.”. Ademais, disse que tem expectativa positiva com relação a audiência pública. “No caso da licitação, creio que é possível a sua dispensa, porque isso pode ser feito com base na legislação atual, haja vista que a superlotação é um problema que afeta a segurança pública do Estado de forma geral. E a lei diz que a licitação pode ser dispensada em casos de urgência.”. Enfatizou que a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa vem se empenhando para que o sistema prisional no Estado seja melhorado com urgência. “Já fizemos outras audiências públicas com os gestores do sistema prisional, tanto com os que fiscalizam, como com os que executam. E estamos novamente na busca desse consenso, para que a ampliação do comp lexo seja feita de forma mais rápida, e que esses problemas sejam minimizados.”. Por fim, diz estar preocupado com o risco de o Estado perder verba federal já conquistada, em razão do processo burocrático a que está afeta.

Posteriormente, a palavra foi dada ao juiz da Corregedoria de Justiça, Dr. Wilson da Silva Dias. Primeiramente, explicou didaticamente a posição da execução penal no sistema de segurança pública. Afirmou que a execução penal pode ser dividida numa área administrativa e área jurisdicional, sendo que a execução penal fica na área administrativa, sendo um órgão do sistema penitenciário, conforme tipificação expressa da Lei de Execuções Penais. Ademais, disse que já há um consenso, qual seja da necessidade de construção de presídios. Após, externou as preocupações do Poder Judiciário em relação ao tema. Disse que o Estado investe muito na polícia ostensiva (contratação de policiais militares e civis, compra de equipamentos...), no entanto, esquece onde guardar as pessoas presas, acarretando numa superlotação dos presídios. Alertou que em muitas cidades do Estado a impunidade está reinando. E deu exemplo da precariedade do sistema prisional, principalmente, em relação ao regime semi-aberto, ao afirmar que muitos juízes estão deferindo o regime do miciliar aos presos por não haver unidades prisionais com vagas. Destacou que no interior a punição de um crime de trânsito é mais drástica de que a punição de um crime de roubo, havendo uma clara inversão de valores. Indagou porque a construção de escolas, hospitais, estradas no Estado pode ser realizada através de verbas integralmente estaduais, enquanto que a construção de presídios haveria necessidade de verbas federais. Falou dessa falsa idéia de necessidade de verbas do DEPEN para a construção de unidades prisionais, pois não há legislação vedando a construção de presídios com verba estadual. Por fim, declarou que há na Assembléia Legislativa dois projetos de lei de interesse do Poder Judiciário. Um relativo à instalação de varas criminais no entorno de Brasília e outro referente à alteração de competências das varas criminais. Afirmou, que em ambos não há qualquer ônus aos cofres públicos e pediu agilidade na aprovação dos mesmos.



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

Após, foi dada a palavra ao presidente da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal (Agsep), Dr. Edilson Divino de Brito. Primeiramente, explicou o histórico da situação dos projetos de construção dos presídios. Disse que no ano de 2008 e 2009 o Estado recebeu dois projetos, no valor de 20 milhões cada, do PRONASCI para a elaboração de projetos de presídios. Como foi constatado uma série de equívocos no projeto de engenharia desses projetos, o DEPEN deu autonomia aos Estados para alterarem os projetos iniciais. Em abril de 2011, a Agsep apresentou os projetos substitutivos, no modelo construtivo pré-moldado. Com as obras, o Governo goiano abriria 1,2 mil vagas no sistema prisional, sendo quatro estabelecimentos de 300 vagas cada um. Seriam beneficiadas as cidades de Águas Lindas, Novo Gama, Formosa e Anápolis. Nesse mesmo período, o Governador do Estado firmou um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público para dar maior transparência possível em todos os contratos que o Estado detinha. Dessa forma, foi exigido que a construção desses presídios devesse passar previamente e por licitação. No entanto, o modelo pré-moldado é de difícil licitação, por haver poucas empresas que trabalhe com ele. Assim, a Agsep apresentou novos projetos com modelo construtivo convencional em que é possível a licitação que fora exigida. A partir desse histórico, o Dr. Edilson passou a fazer algumas premissas: que não haveria mais a possibilidade de devolução desses recursos; que o DEPEN em nada interfere na escolha do modelo ou da contratação; que o modelo pré-moldado apresenta várias vantagens em relação ao modelo convencional, como menor preço, menor tempo de construção, melhor controle tecnológico, maior resistência, menor número de servidores e outros. Enfim, concluiu que o modelo construtivo pré-moldado é bem mais satisfatório. Todavia, devido ao TAC assinado pelo Estado com o MP não seria possível se valer dessas vantagens, devido à exigência de prévia licitação.

Depois, foi aberta a palavra ao deputado Daniel Messac (PSDB) presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O deputado disse que a criação de mais unidades no sistema carcerário do Estado, com previsão de abertura de 600 novas vagas, não atenderia a demanda hoje do sistema. “Diante da situação que vivemos hoje, temos consciência de que as vagas que foram anunciadas não atendem a nossa demanda, mas se tivermos condições de colocar em prática essas construções, elas acabam sendo um paliativo que resolve. E, a partir de então, podemos fazer os encaminhamentos para resolver de vez essa questão”, frisou. Messac disse estar confiante de que a audiência pública contribuiu efetivamente para descobrir quais os encaminhamentos que terão que ser feitos para resolver a questão do sistema carcerário goiano. “Com certeza, vamos obter respostas para muitas perguntas, como o que realmente pode ser feito, qual a necessidade da ampliação hoje dos presídios, qual o poder que o Estado tem para investimento, quais são os projetos em andamento, quando serão definitivamente executados, quando as obras serão inauguradas, quantas estarão aptas para



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

atender a demanda do nosso sistema carcerário. Precisamos dessas informações para que possamos cobrar responsabilidades”, enfatizou. Para Daniel Messac, o que não pode é o sistema carcerário continuar como está. Ele observa que em todo o País, o sistema carcerário não vem cumprindo o seu papel constitucional de reeducar o cidadão em conflito com a lei, para devolvê-lo à sociedade já preparado para o convívio. Segundo o parlamentar, dada a deficiência que existe, o sistema carcerário hoje representa apenas uma punição que gera revolta e o cidadão que passa por ele acaba tendo uma aula de como se especializar na prática do crime. “Não é isso que queremos para Goiás, por isso estamos realizando essa audiência pública com as principais autoridades do setor, para que possamos encontrar idéias viáveis, que possam ser executadas com urgência para resolver de vez com essa questão.”

O chefe de gabinete da AGETOP, Marcos Mussi, que na oportunidade representou o presidente da Agência, Jayme Rincon, destacou a importância de se utilizar métodos modernos de construção. “A engenharia evolui a cada dia, porém a legislação não tem acompanhado essa evolução, muitas vezes impossibilitando o Estado de fazer uso da mesma”, comentou. Marcos Mussi citou como exemplo duas pontes que foram construídas recentemente no Estado em um período total de cinco meses. “O Estado não pode parar. Sugiro que a Assembléia colabore para que o uso do dinheiro seja aplicado da melhor maneira possível com essas novas tecnologias”. Disse não entender porque há uma limitação no número de vagas dos presídios em 300 se o regulamento permite em torno de 800 vagas, o que ocasionaria na redução de custo. Ao fim, falou sobre os trâmites técnicos dos projetos.

O Coordenador de Inteligência Penitenciária do Ministério da Justiça, Alexandre Cabana Queiroz Andrade, primeiramente, mostrou-se muito contido pelo debate a cerca do sistema penitenciário, uma pauta que por muito tempo fora esquecida. Afirmou que a pena não está cumprindo seu papel e que a taxa de reincidência é muito alta, em torno de 60 a 70%. Informou que ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) não cabe decisões referentes a discussões de contratação ou modelo construtivo. “O Depen é isento disso. O que sugiro é que os Estados explorem mais a Lei 8.666/93. Ela dá a possibilidade de contratação inclusive de tecnologias patenteadas. Cada Estado precisa perseguir o que é melhor para a sua situação”, sugeriu. Destacou também que a seção de engenharia do DEPEN confirmou a vantagem do modelo pré-moldado em relação ao modelo convencional, pois neste há os indesejáveis aditivos que são pagos pelo Estado, o tomador. Afirmou também não entender a limitação de vagas, o que seria contraproducente. Por fim, parabenizou a atuação do ministério público.

O promotor de justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública, Dr. Bernardo Boclin Borges, destacou o papel primordial da instituição na liberação dessas verbas. Disse entender a importância da audiência na busca de uma solução



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

para encontrar o melhor modelo de construção, mas disse não entender as defesas realizadas de um modelo com o qual o Ministério Público não pode concordar. O promotor destacou que concorda que muitas Leis estão defasadas, mas segundo ele, a reformulação das mesmas não cabe ao Ministério Público, que tem a única função de fazê-las serem cumpridas enquanto elas existirem. “A licitação é uma dessas Leis. E o Ministério Público está atualmente atuando antes que o problema ocorra. O desrespeito a legislação, muito comum no Brasil, já causou enormes prejuízos à sociedade. Hoje estamos fiscalizando e tomando as providências antes que a corrupção ou o desvio ocorra”, informou. Bernardo Borges citou também que empresas brasileiras constroem da maneira convencional e com muita excelência no mundo todo e citou como exemplo deste tipo de obra o aeroporto de Miami. “A diferença dele, que é exemplo de segurança e qualidade, para os brasileiros, está na fiscalização. A verba que hoje está sendo discutida nesta audiência é fruto de um trabalho quase que exclusivo do Ministério Público e, portanto, não iremos deixar de cobrar que a mesma seja utilizada dentro das normas legais”, pontuou. O promotor finalizou sua explanação informando ainda que o determinado pelo Ministério Público não foi que as obras fossem realizadas pelo modelo convencional, e sim que houvesse licitação para a construção das mesmas. “Dizem que no modelo pré-moldado não há como fazer a licitação, mas fizemos o levantamento e existem quatro empresas que trabalham com esse tipo de construção. Então se o Estado acha que este é o melhor modelo, que se faça a concorrência com estas empresas. Agora depois de 60 anos de omissão não podemos usar a questão da urgência para construir de maneira alheia à Lei”.

Ratificando todas as opiniões do Dr. Bernardo, o Procurador da República, Dr. Ailton Benedito de Souza, representante do Ministério Público Federal, informou que o pressuposto fundamental da instituição é fazer com que as Leis sejam respeitadas, mesmo que não sejam adequadas. “O papel de corrigir Leis é do Legislativo”, disse. Destacou que a prisão dos criminosos é um direito fundamental do cidadão do bem. Disse que o Brasil é o país que mais comete crime de homicídios. Disse que a Lei de Licitações não determina qual o modelo construtivo a ser utilizado e também não é esse o papel do Ministério Público. Arrematou reafirmando que a instituição não determina qual o modelo construtivo a ser utilizado, assim como, não determina qual seja o modelo de contratação. Alertou pela situação emergencial que o sistema carcerário se apresenta. Ademais, afirmou que o papel do MPF é fiscalizar os recursos da União, para que estes sejam fielmente cumpridos.

O deputado Carlos Antônio (PSC) lembrou, como representante da cidade de Anápolis, que a carência do município de vagas no sistema prisional é muito grande. Enfatizou que há muitos agentes públicos probos e dispostos a contribuir para o crescimento do Estado e para o bem-estar de sua população. “Enquanto vereador de Anápolis, tive o prazer de aprovar um



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAÚJO

projeto de doação de terreno para a construção de presídio no município. Contudo, a lei resultante deste projeto já deve estar caducando. Por isso peço a colaboração de todos os representantes das instituições aqui presentes para agilizar esta obra”, disse o parlamentar. Carlos Antônio ressaltou que Anápolis é uma cidade atípica, pois, enquanto a população de outros municípios não querem prisões em suas cidades, a população anapolina deseja a construção do presídio. “Não vamos perder mais tempo. Há urgência e necessidade desta obra. Vamos procurar forma de construí-la da forma mais breve possível, dentro da legalidade”, concluiu.

O deputado Daniel Messac destacou que a realidade do sistema prisional hoje é um problema nacional, onde a grande maioria dos presídios está superlotada. “Temos urgência em resolver esse problema pelo menos em nosso Estado. A burocracia está nos levando a escolha de um modelo, mais caro e demorado. É preciso encontrar uma solução para esse impasse de maneira que o Estado não seja penalizado e que façamos as construções dentro da legalidade mas com bom uso do dinheiro público”, disse. Os deputados Daniel Messac e Major Araújo ressaltaram que os parlamentares da Casa estão em defesa da forma de construção de presídios que tenha a maior eficiência, maior economia e menor brevidade na entrega da obra. “Enquanto representantes da sociedade, vemos a importância da agilidade para suprir esta demanda repressada por tanto tempo”, disse Messac. Enfatizou a busca de definições, de datas, de agilidade na solução do problema.

Após foi aberta a palavra ao público.

Primeiramente, os senhores Fabrício Bonfim e Juremar, representantes da Aspego, manifestaram que o lado dos servidores também deveria ser considerado e valorizado.

O servidor da Casa, Luis Mendes, perguntou sobre a possibilidade de privatização dos presídios.

A Irmã Petrã afirmou que seria melhor a discussão sobre a individualização das penas e não a questão da engenharia. Afirmou que o modelo de cumprimento de pena em uma cidade é totalmente diferente do cumprimento em outra cidade. Indagou sobre projetos de presídios para mulheres, pois os atuais são apenas adaptações.

O Dr. Douglas Dalto Messoura, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB-Goiás, iniciou sua fala com uma crítica. Afirmou que discute-se a construção de presídios, mas não se sabe qual é a sua finalidade. Ademais, destacou que nenhum presídio do Estado atende aos níveis técnicos mínimos exigidos, assim como, as próprias delegacias. Falou sobre um caos na execução penal, corroborado pelo desinteresse das autoridades



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

públicas. Por fim, afirmou ser contrário a construção de presídios com grande quantidade de vagas, preferindo presídios com poucas vagas.

A Dr^a. Patrícia Teixeira Guimarães Gimenes, Promotora de Justiça e Coordenadora do Projeto do Entorno do DF, afirmou ter recebido um pedido para a instituição não adotasse qualquer medida que atrasasse as obras para construção dos presídios. No entanto, disse que o papel da instituição é de dar efetividade a esses projetos e não de postergá-los. A única exigência do ministério público é que se faça uma prévia licitação.

A Irmã Maria José, Presidente do Conselho da Comunidade da Execução Penal – CCEP, declarou a verdadeira situação do sistema penitenciário: superlotação, ausência da presença de defensores públicos, falta de agentes penitenciários. Por fim, deu exemplo do presídio de Jataí.

O deputado Mauro Rubem (PT) também participou da audiência. O parlamentar ressaltou que o sistema prisional é peça fundamental dentro da Segurança Pública, tendo a função de dar as condições para a reinserção do preso à sociedade. O deputado contou que conheceu o Centro de Reinserção de Acreúna. “Lá, os agentes prisionais, apesar de todas as dificuldades, realizam um importante trabalho. É certo que é necessário criar mais vagas em presídios, mas também temos que fortalecer as boas experiências”. Para o deputado, não é necessário terceirizar os projetos do Estado para garantir sua agilidade. “Apresentei na Assembleia um estudo realizado no governo passado que trazem medidas para a descentralização da gestão, de forma que a unidade que tenha o problema, também tenha condições de solucioná-lo”, contou.

Após, foi dada a palavra aos componentes da mesa para suas considerações finais.

Ao final, o deputado Major Araújo, afirmou que a ampliação de vagas nas prisões é necessária. “Não podemos permitir que presos sejam colocados em liberdade por causa da superlotação das cadeias”, destacou. O parlamentar ainda disse que o enfoque da Comissão de Segurança Pública é a prevenção da violência, mas que, infelizmente, devido às falhas destas políticas torna-se necessário debater questões ligadas à sua repressão. “Queremos buscar as melhores soluções para a Segurança Pública”. Após, declarou encerrada a presente Audiência Pública.

Propostas oriundas da Audiência a serem implementadas: